

22 de maio de 2017 ▶ Ano 2 - Edição 17

Reforma Trabalhista é suspensa devido a crise no governo Temer

Com a crise institucional do governo, a tramitação da reforma trabalhista no Senado foi suspensa e considerada “secundária” pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que é o relator da proposta nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS). O calendário de tramitação do projeto (PLC 38/2017) foi adiado, sem previsão para a retomada das discussões. Ferraço já havia anunciado a entrega do relatório na CAE para a próxima terça-feira (23), e a apresentação na CAS para o dia seguinte. A votação em Plenário

estava prevista, inicialmente, entre os dias 12 e 15 de junho. A **Fecomércio – RS** enviou ofício com posicionamento favorável à Reforma Trabalhista, porém contrário ao fim da obrigatoriedade da contribuição sindical.



Fecomércio – RS visita senadores gaúchos em Brasília

Na última quarta-feira (17), o vice-presidente da **Fecomércio-RS**, Luiz Antônio Baptistela junto a representantes da entidade estiveram em Brasília para defender a aprovação da Reforma Trabalhista. Em conversa com os três senadores gaúchos foi entregue ofício em que a entidade se posiciona favorável à proposição de autoria do Executivo. A Fecomércio-RS acredita que a Reforma Trabalhista trará efeitos benéficos de forma a

garantir maior flexibilização nas negociações, uma vez que as regras atuais regidas pela CLT são antigas e desatualizadas.



Relator da Previdência declara não ser possível avançar na tramitação

O relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA) divulgou na última quinta-feira, (18), nota em que afirma que não é possível avançar com a votação da proposta no atual cenário político, enquanto o Planalto não esclarecer os fatos, pois segundo ele, não há condições para que a análise do

texto seja retomada. O parecer de Maia ao texto do governo (**PEC 287/16**) foi aprovado no último dia 9, na Comissão Especial e deve ser votado no Plenário da Câmara dos Deputados, quando retomados os trabalhos. A **Fecomércio-RS** enviou ofício a favor do pleito.

PEC do foro privilegiado pode ser votada e concluída no Senado

Nesta semana pode ser votada, em segundo turno, a PEC 10/2013, que acaba com o foro privilegiado. A pauta do Plenário está trancada por três medidas provisórias, o que impede a votação de projetos de lei ordinária, mas as PECs não se sujeitam ao trancamento. A proposição foi aprovada em primeiro turno no final de abril, e extingue o foro privilegiado para todas as autoridades brasileiras nas infrações penais comuns. Fica mantido o foro privilegiado apenas para os chefes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União. Hoje, mais de 22 mil cargos e funções têm direito ao foro

privilegiado. O STF, responsável por grande parte desses julgamentos é incapaz de atender de forma adequada todos os inquéritos e ações penais. Na prática, diante da incapacidade de julgamento, o foro privilegiado, em grande parte dos casos, tem levado à impunidade desses cidadãos. A **Fecomércio-RS** acredita que o foro privilegiado é benefício injustificável. Sua extinção representa uma sociedade mais justa, com maior equidade de direitos e deveres, por isso, a entidade enviou na última semana ofício convergente à **PEC 10/2013** aos senadores gaúchos.

Estatuto do Idoso aguarda designação de relator na CCJC

O **PL 34/2015**, de autoria do deputado Sergio Vidigal (PDT/ES), que prevê a obrigatoriedade da manutenção de exemplares do Estatuto do Idoso nos estabelecimentos bancários, comerciais e de prestação de serviços está tramitando atualmente na CCJC (Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania) da Câmara Federal. A **Fecomércio – RS** enviou no final da semana passada, ofício com posicionamento contrário à proposição, aos deputados gaúchos, membros da comissão.